

AUTORIA FEMININA: O APAGAMENTO DE ESCRITORAS QUE ESCREVERAM SOB (RE) A DITADURA

Edmilson de Oliveira Nobre (SEED-RR)¹
Nícia Petreceli Zucolo (UFAM)²

RESUMO: Este artigo propõe-se a tecer algumas notas acerca do apagamento da romancista Heloneida Studart, autora de livros que tematizam a ditadura civil-militar de 1964, mas que só muito recente têm despertado a atenção de pesquisadores. Das obras em que a autora aborda o temário dos anos ditatoriais, direciona-se o olhar para *O pardal é um pássaro azul* (1975), pois sua leitura permite pensar questões propostas neste estudo, por exemplo, a noção corpo-texto. O aporte teórico constitui-se de reflexões dos seguintes estudiosos: Regina Dalcastagnè (2012), Rita Teresinha Schmidt (2019), Norma Telles (1997), Fernando Perlatto (2017), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Apagamento; Heloneida Studart; Ditadura; *O pardal é um pássaro azul*; Corpo-texto.

ABSTRACT: This paper aims to provide some insights about the disappearance of the novelist Heloneida Studart, author of books that focus on the civil-military dictatorship of 1964 but have only recently gained the attention from researchers. Among the works in which the author focuses on the dictatorial years, the analysis is directed towards “*O pardal é um pássaro azul*” (1975) as its perusal allows for the contemplation of issues proposed in this study, such as the concept of body-text. The theoretical framework is comprised of reflections from the following researchers: Regina Dalcastagnè (2012), Rita Teresinha Schmidt (2019), Norma Telles (1997), Fernando Perlatto (2017) and others.

KEYWORDS: Disappearance; Heloneida Studart; Dictatorship; *O pardal é um pássaro azul*; Body-text.

PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Uma pergunta primária que poderíamos fazer é a seguinte: “que nomes da literatura brasileira nos vem à mente quando pensamos a respeito da ditadura de 1964?”

Por indução, lembraríamos de Érico Veríssimo, Silviano Santiago, Fernando Gabeira, Ivan Ângelo, Antônio Callado, Carlos Heitor Cony, Renato Tapajós, Raduan Nassar e, lá em último, talvez, de Caio Fernando Abreu. E escritoras, as que escreveram no “calor do momento”? Lygia Fagundes Telles e Clarice Lispector. E as que escrevem agora? Adriana Lisboa, Maria Valéria Rezende e Ana Paula Maia.

¹ Mestre em Letras - Estudos Literários (UFAM). Professor da Rede Estadual de Educação do Estado de Roraima (SEED/RR). Membro do Grupo de Pesquisa Relações de Gênero, Poder e Violência em Literaturas de Língua Portuguesa (UFAM).

² Doutora em Letras - Literatura Portuguesa (USP). Professora Associada da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Líder do Grupo de Pesquisa Relações de Gênero, Poder e Violência em Literaturas de Língua Portuguesa (UFAM). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Literaturas de Língua Portuguesa (UFAM).

Como dito anteriormente, são perguntas primárias e suas respostas carregam um tom apressado. Certamente, há muito a ser refletido acerca das questões acima, mas, para o momento, o que cabe é dizer sobre o apagamento de autoras que emprestaram suas letras para abordar o temário do golpe de 64.

Se de uns tempos para cá, esse temário, em decorrência da agitação política vivida pelo país nos últimos anos, em que representantes políticos incentivam seus apoiadores a defenderem ideias anticonstitucionais, tornou-se matéria para a escrita de romances bem recebidos pela crítica, é imperativo não esquecer dos escritos que, durante a vigência dos anos de chumbo, já tematizavam esse assunto. E quando falamos dos escritos produzidos durante a vigência do período ditatorial, não nos referimos tanto aos de autoria masculina, uma vez que a maioria dessas obras já possuem um lugar estabilizado no monte Olimpo da crítica literária brasileira. Referimo-nos, pois, primeiramente aos textos de escritoras esquecidas por pesquisadores/ras, críticos/as, professores/ras e leitores/ras, circunstância observada, por exemplo, em relação à autora Heloneida Studart.

De forma a complementar essa linha de raciocínio, vale mencionar alguns outros nomes femininos que, embora não escreveram acerca da ditadura, suas obras são basilares em algum aspecto e mesmo assim, foram há muito ignoradas pelas discussões acadêmicas, projetos de iniciação científica, bancas de seleções de vestibulares e concursos, leituras escolares, do meio social, enfim. O primeiro nome é o de Maria Firmina dos Reis, autora de *Úrsula* (1859), reconhecido nos dias de hoje como “[...] o primeiro romance de uma autora brasileira [...]” (TELLES, 2001, p. 410).

A segunda romancista apagada do âmbito das letras é Ana Luiza Azevedo Castro, autora de *D. Narcisa de Villar* (1859), livro que problematiza a ideia da construção da identidade nacional. O terceiro nome é o da escritora cearense Emília Freitas, criadora do livro *Rainha do Ignoto* (1899), escrito no fim do século XIX, indicado como o primeiro texto/romance brasileiro a seguir os moldes da literatura de ficção científica.

Para fechar, então, esses parênteses, citamos o nome de Carolina Maria de Jesus. A escritora mineira é reconhecida pelo seu famoso livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960). Todavia, pesquisas recentes indicam que a autora possui por volta de 5 mil páginas de escritos inéditos, que vão desde poemas a sambas enredos, mas que só agora estão vindo a público. Em se tratando de uma das autoras que marcam as décadas de 60 e 70, com uma produção abundante, é aviltante só recentemente ter ganhado notoriedade. Ressalvadas as devidas diferenças, é intrigante pensar que o seu contemporâneo, Paulo Lins, teve até obra adaptada para a tela grande, enquanto que Carolina Maria de Jesus morreu pobre.

A AUTORA

O âmbito literário, assim como os outros campos que compõem a organização social e cultural, está eivado pelo pensamento dominante, cujo alicerce é a concepção masculinista, são os homens que estabelecem as regras.

Por isso, não é surpresa alguma o nome de Maria Heloneida Studart Soares Orban, escritora cearense, não aparecer junto aos dos outros escritores que tematizaram a ditadura, na medida em que há a barreira do gênero, lembrar que Heloneida Studart é uma mulher. E o discurso hegemônico-masculino, marcado pela lógica binária, ter cristalizado a ideia da inaptidão da figura feminina para o desenvolvimento de certas atividades, como a escrita. Transgredindo esse interdito, Heloneida Studart escreve crônicas, peças teatrais, ensaios, romances e até mesmo teses, sendo, inclusive, uma das intelectuais basilares para a compreensão do movimento feminista no Brasil.

A respeito de sua produção romanesca, é possível dizer que abarca as décadas de 50 a 80 do século XIX e chega aos anos finais do século seguinte. Para fins didáticos, eis a sequência dessas obras: *A primeira pedra* (1952), *Diz-me teu nome* (1955), *A culpa* (1963), *Deus não paga em dólar* (1968), *Deusa do rádio e outros deuses* (1970), *O pardal é um pássaro azul* (1975), *China, o nordeste que deu certo* (1978), *O estandarte da agonia* (1981), *O torturador em romaria* (1986) e *Jesus de Jaçanã: a história de um anjo da guarda que seguiu um sem-terra chamado Jesus* (2000). Esses títulos apontam para a abundância ficcional de Heloneida Studart, mas que ainda não foi reconhecida pelo chamado cânone literário brasileiro, estruturado por marcadores, como gênero, orientação e identidade sexuais, cor, região, condição social.

Linhas acima, mencionamos acerca do silêncio que envolve as produções de Heloneida Studart, embora, como vimos anteriormente, a autora teceu vários escritos. Nesse momento, é oportuno trazer as palavras da estudiosa Regina Dalcastagnè, em *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado* (2012), sobre a responsabilidade do pesquisador de literatura quando decide estudar um/uma autor/ra que está fora do cânone:

[...] precisamos transferir para a sua obra nossa própria legitimidade como estudiosos. Sem isso, não conseguimos trazê-la para dentro do universo acadêmico, e se ela não estiver legitimada enquanto objeto de estudo, um mestrando, por exemplo, não terá como inclui-la em sua dissertação (DALCASTAGNÈ, 2012, pag. 9).

É oportuno trazer, também, uma fala da atriz norte-americana Viola Davis quando da premiação do Emmy 2015, em que a atriz vence na categoria de “Melhor atriz em série de

drama: “Ninguém pode ganhar um Emmy por papéis que simplesmente não existem” (MATOS, 2015). A fala de Viola Davis é uma crítica à ausência de papéis significativos e relevantes para atrizes e atores negros. Diferentemente da situação exposta pela atriz, existem textos significantes e relevantes produzidos por mulheres sobre a ditadura, mas que não despertaram o interesse dos/das pesquisadores/ras de literatura. Heloneida Studart, por exemplo, elaborou um projeto literário ancorado em três romances³ para denunciar o autoritarismo dos anos de chumbo, no entanto só agora os estudos desses livros ganham fôlego.

Para que escritoras que escreveram a respeito dos anos autoritários de 64 venham a público, é preciso um esforço por parte de quem se dedica ao estudo dos textos em torno dessa temática, jogar luz em um universo capaz de oferecer outras chaves de leitura. E assumir essa atitude é assumir um “risco”, porque a academia também guarda seus resquícios de conservadorismo, colocando essa atitude em um jogo de forças, pois o pesquisador precisa demonstrar que essas obras possuem valor literário, senão, pode ocorrer um radical desmerecimento por parte dos pesquisadores mais “puristas” (DALCASTAGNÈ, 2012).

Embora o universo ficcional heloneideano não seja tão pesquisado, foi possível fazer uma catalogação de estudos que refletem acerca de algumas obras de Heloneida Studart.

As pesquisas incipientes são o artigo *Heloneida Studart: a literatura por uma boa causa, a leitura de O pardal é um pássaro azul* (1999), de Cláudia Castanheira, e o livro *A história foi assim: o romance político brasileiro nos anos 70/80* (2000), do professor Alcmeno Bastos. O trabalho de Castanheira (1999) envereda pelo viés psicanalítico, dadas as circunstâncias que ocorrem e que atingem a formação pessoal da protagonista. O de Bastos (2000) parte para a reflexão entre literatura e história, pensando a ficcionalização do golpe de 64 nos romances.

De 2014 para cá, a produção de Heloneida Studart vem sendo revisitada com bastante recorrência, principalmente pelas pesquisadoras Ioneide Maria Piffano Brion de Souza e Evelyn Caroline de Mello, ambas escreveram suas teses de doutorado lançando mão de textos da autora. Percebamos que do ano 2000 até 2014, há um hiato de 14 (quatorze) anos sem pesquisas acerca das obras de Heloneida, situação embaraçosa sobre a qual podemos conjecturar algumas hipóteses para a ausência de estudos, por exemplo, a disposição de pesquisadores de literatura em sair da bolha que os cerca.

³ *O pardal é um pássaro azul* (1975), *O estandarte da agonia* (1981) e *O torturador em romaria* (1986) compõem a chamada “Trilogia da tortura”, expressão urdida pela própria autora, para referir-se ao seu projeto literário que ficcionaliza as tensões dos anos de chumbo.

É Souza, então, que inaugura uma nova leva de pesquisas em torno de Heloneida Studart. A predita pesquisadora, por exemplo, escreveu a tese *De feminino a feminista: a transformação na escrita literária dos romances de Heloneida Studart* (2014), que investiga a incorporação das “[...] particularidades com que a questão de gênero foi tematizada nos romances da autora durante os anos de 1952 a 1978” (SOUZA, 2014, p. 13). Outro estudo de Souza a respeito de Heloneida Studart é o artigo *Entre o lembrar e o esquecer: a ditadura civil-militar brasileira a partir da trilogia da tortura de Heloneida Studart*, de 2019.

Já em *Literatura e ditadura, entre a casa e a rua: ecos de resistência nos romances O pardal é um pássaro azul de Heloneida Studart e Tropical sol da liberdade de Ana Maria Machado* (2018), Mello discorre sobre possíveis características dos textos de autoria de mulheres escritos “[...] no/sobre o contexto da Ditadura Militar Brasileira [...]” (MELLO, 2018, p. 10).

Mais recentemente surge a dissertação de mestrado de Renata Targino da Silva, com o título *Poder, violência e subversão em O torturador em romaria*, de Heloneida Studart (2019), refletindo, como o próprio título indica, aspectos do poder, da violência e da subversão na obra *O torturador em romaria*. E ainda mais recente, outra dissertação de mestrado intitulada *A ditadura civil-militar de 1964 pelas lentes femininas: corpos e resistências em O pardal é um pássaro azul*, de Heloneida Studart (2021), de Edmilson Nobre.

A constatação é óbvia, mas fazemos questão de enfatizar que os estudos elencados acima recorrem à produção literária de uma mulher, resultam da reflexão sobre os romances de autoria feminina. A ênfase nesse detalhe é da maior importância em se tratando da presença feminina no fazer literário e a atenção que suas obras recebem da/na crítica literária.

Rita Teresinha Schmidt (2019), professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, declara que:

A gradual visibilidade de muitas obras de autoria feminina no campo acadêmico [...] não só agregam à construção dos saberes literários, mas afetam o estatuto da própria história cultural e, particularmente, as reflexões de ordem historiográfica e crítica (SCHMIDT, 2019, p. 66).

Mesmo que de maneira gradual, as pesquisas acerca do projeto literário de Heloneida Studart estão possibilitando a construção epistemológica de questões que, antes, eram monopólio do masculino, por exemplo, a ditadura brasileira de 64, ficcionalizada pelos autores e recepcionada e legitimada pelas críticas. Os estudos acadêmicos, ao problematizarem essa questão, tomando as narrativas específicas de Heloneida Studart sobre o golpe de 64, contribuem para a compreensão de outros pontos em torno desse momento histórico, uma vez

que, agora, a perspectiva (autoria e foco narrativo) é feminina, trazendo, assim, outras chaves de leitura.

No tópico abaixo, escrevemos algumas notas sobre o romance *O pardal é um pássaro azul*, de modo a apresentar ao leitor uma leitura que Heloneida faz dos anos ditatoriais, bem como a noção de corpo-texto.

O ROMANCE E OS APONTAMENTOS SOBRE A NOÇÃO CORPO-TEXTO

A tessitura de *O pardal é um pássaro azul* (1975) foi concretizada pelas mãos de Heloneida Studart, mulher, nordestina, feminista, jornalista, política, militante, teatróloga, escritora, conforme as palavras de Targino (2019).

A escolha em discorrer acerca da predita narrativa (de autoria feminina) constitui um ato de resistência: ao cânone literário, às questões ligadas ao gênero, ao domínio masculino no âmbito das letras. Mas também resistência ao autoritarismo do presente, herança infortuna do passado violento e traumático da formação social brasileira, marcada por episódios autoritários, como o do golpe de 64.

Essa palavra [resistência] tão propagada em textos que tematizam a ditadura civil-militar de 1964, na narrativa de Heloneida Studart, é lida nos corpos das personagens, principalmente nos das personagens principais: Marina e João. Esses corpos, que são “territórios” políticos, uma vez que são centros de inúmeras discussões que esbarram no âmbito da política, quebram com as expectativas de uma sociedade patriarcal e autoritária, manifestam e buscam o prazer, o sexo, o amor, sofrem as violências perpetradas pelo Estado ditatorial e, obviamente, corpos que resistem.

Nesse sentido, o corpo, em *O pardal é um pássaro azul* (nos textos de autoria feminina no geral), é constituído como símbolo de transgressão, denúncia e resistência. Importante destacar que a noção de corpo a ser trabalhada neste tópico, não se restringe ao conceito biológico. Para trás disso, buscamos discutir que a ideia de corpo é refletida nos próprios elementos estruturais do livro, por exemplo, no foco narrativo.

Ao colocar em discussão esse ponto, o de quem narra os acontecimentos em *O pardal é um pássaro azul*, recorreremos à expressão corpo-texto. Sabemos que a inserção de mulheres na literatura não se realiza da mesma forma que a dos homens. Nem mesmo entre as mulheres essa entrada é igual para todas, pode até ser parecida, mas jamais igual, pois é muito diferente falarmos das dificuldades enfrentadas por Clarice Lispector e as de Carolina Maria de Jesus.

De posse desses apontamentos, formulamos que a figura Heloneida Studart, enquanto cidadã, enquanto sujeito de direito, tem consciência das condições que a sociedade lhe impõe por ser mulher. A Heloneida autora elabora esses empecilhos de modo que são assimilados pela protagonista de seu romance, que também demonstra consciência, ainda que em um plano ficcional, da sua condição feminina em uma sociedade patriarcal.

Ao realizar esse ato, o de criar uma personagem consciente das regras morais que incidem sobre a mulher, Heloneida Studart, por meio da ficção, questiona a sociedade empírica. Na verdade, é um duplo questionamento, porque no plano ficcional também os ditames sociais são questionados, haja vista o que pontuamos sobre a protagonista. Nesse sentido, há uma conjunção entre corpo empírico e corpo ficcional, entre autora e personagem. E é seguindo esse pensamento que nós entendemos a noção de corpo-texto, é um corpo empírico (o da autora), refletido em corpo ficcional (o da personagem), corpos que se lançam para questionar a ordem, tanto no plano do “real” quanto no fabuloso.

Em outras palavras, a escritura de *O pardal é um pássaro azul* dialoga com o corpo daquela que é a sua criadora. Não no sentido de uma biografia ou mesmo autoficção, de dizer que a vida da autora é narrada nas páginas da obra. Muito ao contrário, a proposta de análise diz respeito ao estético da narrativa, de como os elementos da narrativa – o foco narrativo, por exemplo – vão refletindo os empecilhos em torno do feminino e que são transgredidos no nível da estrutura do romance.

Mais ainda, a escolha de quem narra a história de *O pardal é um pássaro azul* significa transgressão aos entraves que cerceiam a figura feminina, que impedem a figura Heloneida Studart de alçar grandes voos. Daí ser um corpo simbólico, um corpo-texto, que vai ocupando os espaços interditos à mulher, à escritora, à escritora-mulher que escreveu acerca do golpe militar de 64. Vejamos, por exemplo, como essa ideia se desdobra quando focalizamos a figura escritora.

Nesse primeiro plano, então, a ideia do corpo-texto, pode ser pensada, por exemplo, quando a discussão diz respeito à produção literária. É sabido que no âmbito das letras, há predomínio de escritores (homens), ao menos quando se trata de publicações nas grandes editoras (e nem falemos dos eventos de premiações literárias). É de conhecimento também que o processo de criação literária envolve organização de ideias, disposição de fatos, raciocínio, intelecto, razão, especificidades que foram há muito atribuídas somente à figura masculina. Ao escrever seu romance, a criadora de *O pardal é um pássaro azul* recorre a essa série de especificidades. Assim, são elementos acionados tanto pelas escritoras quanto pelos escritores.

No entanto, corroborando o que já mencionamos sobre a inserção de mulheres na literatura, a historiadora Norma Telles, em *Escritoras, escritas, escrituras* (1997), afirma que: “A conquista do território da escrita, da carreira de letras, foi longa e difícil para as mulheres [...]” (TELLES, 1997, p. 409). Não podemos desconsiderar que os estereótipos de gênero contribuíram para essa difícil conquista e que não se fazem presentes apenas nas letras, mas também nas outras áreas do conhecimento. Desse modo, Heloneida Studart, Maria Firmina dos Reis, Narcisa Amália, Gilka Machado, Hilda Hilst, Nélide Piñon, Ana Cristina César, Vera Duarte, Lara de Lemos, Lou Andreas-Salomé, Maria Lúcia Medeiros, Violeta Branca, Ana Maria Gonçalves, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, entre tantas outras mulheres-escritoras⁴, escreveram e escrevem para subverter essa situação vexatória, precisando lutar batalhas para a conquista desse território, rompendo o binarismo segregante, que, lamentavelmente, ainda se manifesta na relação social.

Por isso, a importância de em um país misógino, como é o caso do Brasil, ler e estudar obras literárias de autoria feminina, na medida em que as autoras desses textos, ao fazerem literatura, estão produzindo conhecimento, um conhecimento descentralizado do egocentrismo masculino, quebrando com a ideia androcêntrica da produção do saber.

Passemos, agora, a segunda circunstância, que é a discussão central destas reflexões, envolvendo a ideia corpo-texto, que diz respeito às produções literárias que tematizam o golpe de 1964. Assim que a ditadura é instaurada, as artes, de modo geral, manifestam sua oposição ao governo autoritário. Na literatura, por exemplo, vários romances foram escritos, tomando como pano de fundo a ditadura.

Anos mais tarde, de acordo com Fernando Perlatto, no artigo *História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964* (2017), “[...] diferentes trabalhos procuraram analisar e compreender os traços e as características principais dessas narrativas ficcionais” (PERLATTO, 2017, p. 726). Em outras palavras, a crítica literária recepciona essas obras, buscando apreender as estratégias narrativas engendradas nesses textos para denunciar as arbitrariedades do regime, além de mostrarem o papel que a literatura exerceu nos anos da repressão. Com isso, a crítica acaba estabelecendo “manuais” contendo nomes dos principais autores que discorrem acerca da ditadura e passam a ser referências quando o assunto é a relação literatura e ditadura/história.

Na esteira desses manuais, aparecem os nomes dos escritores já citados na página primeira deste artigo, mas fazemos questão reescrevê-los: Érico Veríssimo, Silviano Santiago,

⁴ Termo usado no singular por Nelly Novaes Coelho no posfácio de *O conto da mulher brasileira* (2017).

Fernando Gabeira, Ivan Ângelo, Antônio Callado, Carlos Heitor Cony, Renato Tapajós, Raduan Nassar, entre outros. Às vezes, alguns poucos nomes de escritoras, com destaque para o de Lygia Fagundes Telles.

Não é intenção deste estudo descreditar os textos de autoria masculina que tematizam a ditadura de 1964, eles têm a sua importância para a reflexão desse episódio traumático da história do Brasil. A proposta é, pois, uma abordagem a respeito dos anos de chumbo que considere a ótica da autoria feminina.

São as professoras Regina Dalcastagnè (1996) e Eurídice Figueiredo (2017) que, organizando suas críticas literárias, direcionam o olhar para textos escritos por mulheres acerca do golpe, possibilitando pensar essa circunstância por outro ângulo que não apenas o masculino. Figueiredo, em seu recente trabalho intitulado *A literatura como arquivo da ditadura brasileira* (2017), elenca produções de autoras da atualidade que se voltam ao passado sórdido do período ditatorial, para compor seus romances, como é o caso de Adriana Lisboa.

Esse exemplo mostra que as mulheres estão produzindo, escrevendo. Por isso, insistimos em reafirmar a importância do estudo de obras literárias produzidas por mulheres, não apenas as que se referem à ditadura, mas aos diferentes temas, uma vez que, como já mencionado, as letras sempre foram monopólio do masculino, ao que as escritoras precisaram lutar para possuírem o direito de escrever. E fazer literatura é produzir conhecimento.

Uma pesquisa que despenda atenção ao romance *O pardal é um pássaro azul*, proporciona ao leitor outras reflexões e conhecimentos acerca do regime ditatorial instaurado em 1964. E mais que isso, promove uma espécie de reparação, de justiça até, para com as escritoras deixadas às margens.

Escrito em 1975, ainda sob os anos de um dos vários Atos Institucionais decretados pelo governo, o AI-5, *O pardal é um pássaro azul*, assim como as suas outras duas narrativas que formam a “trilogia da tortura”, é um lugar da memória dos tempos duros e sujos do golpe de 64. O livro traz a questão das pessoas que não foram atingidas diretamente pelas ações repressivas da máquina autoritária, aborda a temática da clandestinidade, vaza referências ao AI-5, à indiferença de alguns indivíduos quanto à situação política e às barbáries realizadas pelos militares, denuncia a situação dos presos políticos e a violência que estes sofrem nos locais onde são encarcerados, as cadeias; mas também traz a resistência, a luta daquelas e daqueles que ousaram desafiar e enfrentar a repressão do Estado.

Essas situações, que são percebidas quando da leitura do romance, são narradas pelo olhar de Marina, narradora e protagonista de *O pardal é um pássaro azul*. Nesse momento, retomamos o fato de comentar uma obra acerca do período militar engendrada por uma mulher

e a ideia do corpo-texto, como uma tentativa de propor para a ocasião, o encerramento da ideia acima referenciada.

Como mencionado mais atrás, a temática do corpo em *O pardal é um pássaro azul* não, necessariamente, limita-se ao corpo físico. Ao contrário, em razão de ser um dos pontos cernes do romance, a temática acaba escorrendo e fazendo parte da própria composição dos elementos narrativos, ou melhor, manifesta-se na estrutura da narrativa. Desses elementos estruturais, que assimilam a noção de corpo, há o foco narrativo, que no romance de Heloneida Studart, é concedido a uma mulher.

Isso significa dizer que a autoria desse romance assume um papel fundamental na escolha do foco narrativo. Marina, ao ser a escolhida para conduzir o leitor pelas páginas da narrativa, representa a crítica da autora em relação às restrições impostas às mulheres. A voz de Marina é um questionamento aos preconceitos em torno da categoria de gênero, é uma exigência por espaço dentro das letras, uma vez que “por trás” dessa voz ficcional, desse corpo simbólico há um corpo empírico, o de Heloneida Studart, que conhece as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que ousam seguir no âmbito da escrita.

Com isso, a autora transgredir os limites do social, que pregam a inferiorização da mulher, de suas ações, sua voz, sua escrita, revelando que esse feminino, que escolhe outro feminino para narrar os eventos da ditadura, tem capacidade para discorrer sobre o assunto. Consegue ainda questionar os manuais que, em sua maioria, preocuparam-se em registrar apenas nomes de escritores (homens) que ficcionaram o golpe de 64.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas breves palavras focalizaram a arte literária, mais especificamente o nome de Heloneida Studart, escritora que denunciou as arbitrariedades da política autoritária de 64. Essa denúncia veio por meio de três romances: *O pardal é um pássaro azul* (1975), *O estandarte da agonia* (1981) e *O torturador em romaria* (1986). Embora sejam lugar da memória, da memória dos anos horrendos da ditadura, só agora esses livros estão recebendo a devida apreciação que sempre mereceram. Livros de autoria masculina, que tomam o golpe militar de 64 como matéria, foram e são estudados à exaustão, o que não significa demérito algum. Ao contrário, muito ao contrário.

A reivindicação que se faz é pelo estudo de textos de autoria feminina, que ficcionalizaram os anos ditatoriais, mas que por razões apontadas neste artigo, ainda precisam, como disse Dalcastagnè (2012), de uma certa legitimação por parte dos pesquisadores de

literatura. Como exemplificação, trouxemos o nome de Heloneida Studart, que escreveu na e sobre a ditadura e que, em decorrência do ambiente acadêmico, tem-se tornado fonte para a produção de conhecimentos outros acerca dos anos de chumbo.

No início destas considerações, frisamos que o foco da reflexão foi a literatura, a relação autoria feminina *versus* o apagamento das obras desse feminino. Todavia, poderíamos elencar muitas outras áreas, como Filosofia, Música, Política, Física, Pintura, entre outras, em que há pouco (ou nenhum) reconhecimento da contribuição feminina.

REFERÊNCIAS

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Rio de Janeiro: Editora Horizonte, 2012.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7letras, 2017.

MATOS, Luisa. Discurso de Viola Davis no Emmy 2015 – LEGENDADO. Youtube, 21 de set. 2015. Disponível em: > www.youtube.com/watch?v=e0M6Zn2UDQA&t=28s< . Acesso em: 19 de nov. de 2023.

MELLO, Evelyn Caroline de. **Literatura e ditadura, entre a casa e a rua: ecos de resistência nos romances *O pardal é um pássaro azul* de Heloneida Studart e *Tropical Sol da Liberdade* de Ana Maria Machado**. 2018. 202f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, São Paulo, 2018.

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 62, p. 721-740, set./dez. 2017.

SCHMIDT, Rita Teresina. Na literatura, mulheres reescrevem a nação. In. HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 65-79.

SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. **De feminino a feminista: a transformação na escrita literária dos romances de Heloneida Studart**. 169 f. Tese (doutorado). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, 2014.

STUDART, Heloneida. **O pardal é um pássaro azul**. 4a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

TARGINO, Renata da Silva. **Poder, Violência e Subversão em *O Torturador em Romaria*, de Heloneida Studart**. 90 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 401- 442.

Recebido em: 30/10/2023

Aprovado em: 11/11/2023

Publicado em: 22/12/2023



10.29281/r.decifrar.2023.2a_1